



GESTÃO ESCOLAR E INCLUSÃO:
*um guia para práticas efetivas na
Educação Infantil*

NATHALIE SANTANA ANDRADE HAUSSLER
SELMA GOMES DA SILVA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

H377g Haussler, Nathalie Santana Andrade.

Gestão escolar e inclusão: um guia para práticas efetivas na educação infantil / Nathalie Santana Andrade Haussler, Selma Gomes da Silva. - Macapá, 2025.

1 recurso eletrônico.

59 f.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Inclusão escolar. 2. Gestão escolar. 3. Crianças com deficiência. I. Silva, Selma Gomes da, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 371.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROFEI

GESTÃO ESCOLAR E INCLUSÃO:

*um guia para práticas efetivas
na Educação Infantil*

ORIENTADORA

Prof^a Dr^a Selma Gomes da Silva

ELABORAÇÃO

Nathalie Santana Andrade Haussler

ARTE DA CAPA

Sara Mandolini

Guia educacional desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado intitulada: “A Inclusão de Crianças com Deficiência na Educação Infantil: desafios e possibilidades da gestão escolar no município de Macapá-AP”, realizada no período de maio/2024 à abril/2025. Vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI, da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, como resultado da pesquisa.



AS AUTORAS...

Nathalie Santana Andrade Haussler

Mestra em Educação Inclusiva pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI, da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Federal do Amapá-UNIFAP; Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico - Faculdade Atual e em Docência do Ensino Superior- Faculdade Meta e Professora da Educação Infantil na Rede Estadual e Municipal de Educação em Macapá-AP.



Selma Gomes da Silva

Licenciatura em Filosofia - Faculdade de Filosofia de Fortaleza; Licenciatura em Psicologia da Educação - Faculdade Pontifícia Salesiana de Roma/Itália; Mestrado em Psicologia da Educação - Faculdade Pontifícia Salesiana de Roma/Itália; Doutora em Sociologia - Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI e do Curso de Medicina da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.



Caro(a) Gestor(a),

A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e ratificado por diversos dispositivos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). No entanto, implementar práticas inclusivas nas escolas exige enfrentamento de desafios estruturais e culturais, que exige esforço e comprometimento por parte dos seus intervenientes, papel que recai especialmente sobre a gestão escolar e seus integrantes e que aqui, recebe especial atenção.

Este material educativo, intitulado “Gestão Escolar e Inclusão: Um Guia para Práticas Efetivas na Educação Infantil”, foi desenvolvido a partir da pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, intitulada: A Inclusão de Crianças com Deficiência na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades da Gestão Escolar no Município de Macapá-AP. O estudo está inserido na linha de investigação Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que abarca estudos epistemológicos, políticos e históricos sobre a Educação Especial, considerando sua atuação sob uma nova perspectiva e sua relação com a construção de espaços educacionais inclusivos.



A proposta deste material é responder às demandas concretas identificadas em duas escolas municipais de educação infantil de Macapá-AP, as quais serviram de campo de pesquisa e podem ser reflexos de realidades semelhantes.

O guia foi elaborado por meio de instrumentos de coletas de dados: rodas de conversa, entrevistas e questionários aplicados a gestores escolares. Os resultados da pesquisa identificaram lacunas significativas, como a falta de formação específica em inclusão (87,5% dos entrevistados nunca participaram de cursos na área), a inadequação dos Projetos Políticos Pedagógicos (50% dos gestores os consideram desatualizados ou ineficientes) e a insuficiência de profissionais especializados, como cuidadores e professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, problemas relacionados à infraestrutura das escolas, a sobrecarga dos professores, ausência de planejamento e inoperância por parte do órgão/secretaria responsável, foram citados como entraves recorrentes. O material foi validado através de um encontro formativo e aplicação de um questionário.

Na literatura acadêmica sobre gestão escolar inclusiva, destacam-se Mendes (2017), Carvalho (2019), Luck (2009; 2015) e Libâneo (2017; 2021). Esses enfatizam que os gestores desempenham um papel central na articulação de ações pedagógicas e administrativas que favoreçam a inclusão.

A educação inclusiva é pautada nos direitos humanos, especialmente, no direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, fundamentada na equidade e inclusão social. Esse movimento em prol de uma educação inclusiva, embora, esteja em processo em muitas escolas, ainda enfrenta desafios significativos para superar barreiras estruturais, culturais e atitudinais.

A gestão escolar, nesse contexto, desempenha papel crucial ao organizar recursos, promover formações continuadas e garantir que políticas inclusivas sejam efetivamente implementadas, transformando a teoria em prática educativa (Silva, 2022).

Almeja-se que este Guia tenha um impacto significativo nas escolas públicas de Macapá, onde os desafios locais se entrelaçam com questões estruturais que afetam a totalidade da educação brasileira. Ao evidenciar a relevância do papel da gestão no processo de inclusão educacional, fundamentado nos princípios da inclusão e da gestão participativa – pilares da escola democrática –, este material pretende oferecer orientações que sirvam não apenas à realidade de Macapá, mas também como referência para instituições de ensino em diversas regiões do país com contextos e desafios similares.



NOTA EDITORIAL: A diagramação deste Recurso Educacional foi realizada no programa de edição *Canva*. Ressaltamos que, com exceção da capa, as imagens utilizadas no corpo do Guia são disponibilizadas pelo próprio programa de edição, sendo algumas imagens geradas por IA - Inteligência Artificial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Educação Inclusiva: bases conceituais, principiológicas e legais	12
• Definição de Educação Inclusiva	13
• Fundamentos da Educação Inclusiva.....	14
2. Educação Especial e Educação Inclusiva	16
• Educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva são a mesma coisa?	17
• Marcos legais da inclusão na educação: Legislações e Políticas públicas para a educação especial e educação inclusiva no Brasil	19
• Compreendendo os Transtornos do Neurodesenvolvimento e Aprendizagem	25
• A função da Gestão Escolar no contexto do AEE	30
• Estruturando os Planos Individualizado no contexto da Educação Inclusiva	33
3. Funções da Gestão Escolar na Educação Inclusiva: promoção de uma política de gestão democrática participativa na comunidade escolar	35
• Desafios da Gestão Inclusiva	38

4. Adaptações curriculares e estratégias de ensino inclusivas na Educação Infantil	40
5. A Gestão Escolar na superação dos desafios	49
PARA SABER MAIS!	54
• Diálogos com as produções do PROFEI	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58



**ESTE SUMÁRIO É INTERATIVO!
CLIQUE PARA SER DIRECIONADO/A
À PÁGINA DESEJADA.**

INTRODUÇÃO



A história mostra que, por um longo período, as pessoas com deficiência foram submetidas a diversos tipos de constrangimento, intolerância e rejeição, o que as impedia de participar da escola e de outros espaços sociais. Nesse cenário de segregação e discriminação, elas eram excluídas da convivência social, e seus direitos à educação, ao aprendizado e ao acesso ao conhecimento eram negligenciados. Com o tempo, a sociedade passou a reconhecer a importância da inclusão e da garantia de acesso à educação para todos. De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a educação inclusiva é essencial para combater atitudes discriminatórias, na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Nesse contexto, a inclusão escolar se tornou um princípio basilar para a promoção da equidade no sistema educacional na promoção da igualdade de acesso, condições de permanência e desenvolvimento de todos os estudantes. Trata-se de um processo que visa assegurar a participação efetiva de todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou especificidades, em ambientes de ensino comuns. Isto posto, o conceito transcende a mera integração, propondo-se a modificar estruturas, práticas e valores para acolher a diversidade. No Brasil, a inclusão escolar ganhou força a partir de legislações e políticas públicas que reconhecem a educação como um direito universal e inalienável e que deve ser assumida como um compromisso prioritário.

A inclusão escolar está embasada em princípios como a não discriminação, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo. Ela não se limita à presença física de alunos com deficiência em salas regulares, mas também à garantia de um ensino de qualidade, que respeite e potencialize suas capacidades. É um processo dinâmico que exige mudanças culturais, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar, e que deve envolver toda a comunidade educativa.

O contexto brasileiro apresenta desafios históricos relacionados à exclusão de alunos com deficiência e de outras populações vulneráveis. Apesar dos avanços, como o fortalecimento das políticas públicas e a expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ainda persistem barreiras estruturais, atitudinais e pedagógicas que limitam a plena inclusão. Segundo Cavalcante (2022), a exclusão de pessoas com deficiência (PcD) da educação sempre foi uma realidade no Brasil, com avanços ocorrendo apenas nas últimas décadas, especialmente após a constituição Federal.





EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
bases conceituais, principiológicas e legais

Definição de Educação Inclusiva

A Declaração de Salamanca (1994) define a educação inclusiva como o processo de atender às necessidades educacionais de todos os alunos em escolas regulares e assegura que a adaptação do sistema escolar ocorra para incluir estudantes com deficiência e outras necessidades específicas, ou seja, pode ser entendida como um modelo de ensino que pretende garantir o acesso a escola para todos, não obstante a deficiência, gênero, etnia, religião e outras condições.

A educação inclusiva fundamenta-se na ideia de que todos os alunos, com suas características individuais, têm o direito a uma educação de qualidade que respeite e valorize suas singularidades e incentive suas potencialidades.

Silva Neto *et al.*, 2018, p. 89, afirmam que, “a escola inclusiva apresenta a característica de ajudar os alunos que sozinhos não conseguem solucionar problemas devido a sua deficiência ou necessidades específicas, e superar seus limites.” Esse pensamento defende que todos os estudantes, com particularidades e características individuais, têm o direito a uma educação de qualidade que respeite e os valorize.



PARA SABER MAIS

Clique para ser direcionado/a ao livro “Educação Inclusiva: Desafios e Caminhos para a valorização da Diferença”.



Fundamentos da Educação Inclusiva

A base da educação inclusiva ancora-se em princípios de equidade e igualdade de oportunidades. De acordo com a UNESCO (2019), a inclusão e a equidade são elementos essenciais para a transformação dos sistemas educacionais em todo o mundo, assegurando que "todo estudante é importante e tem igual importância". Essa visão promove a adaptação dos sistemas de ensino para atender às diversas necessidades dos alunos, ao invés de esperar que os alunos se ajustem a sistemas padronizados. Um dos conceitos centrais da educação inclusiva é a diversidade. Diversidade não deve ser vista como um obstáculo, mas sim como uma riqueza que enriquece o processo educativo. As escolas devem adotar práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças entre os alunos e criar estratégias que atendam às variadas formas de aprender. Isso implica em um currículo flexível e adaptável, capaz de incluir diferentes metodologias e recursos didáticos, através do trabalho colaborativo e democrático.

Alguns dos princípios básicos que sustentam a educação inclusiva incluem: a valorização da diversidade, que reconhece as diferenças como uma riqueza para o ambiente escolar, e a acessibilidade, que assegura adaptações físicas, comunicacionais e curriculares para todos os estudantes. Outro ponto importante é a participação ativa, para garantir que todos os alunos contribuam e se beneficiem das atividades escolares em espaços comuns.

A colaboração também é fator importantíssimo, e deve incluir todos os envolvidos: gestores, docentes, famílias e especialistas em um trabalho conjunto para construção de uma cultura de cooperação e responsabilidade compartilhada. Além disso, a equidade é um princípio essencial na garantia de recursos e suportes diferenciados para atender às necessidades específicas de cada aluno. Por fim, a gestão inclusiva e democrática desempenha um papel crucial ao criar políticas e ações internas em condições que se transformem em diretrizes em práticas efetivas.

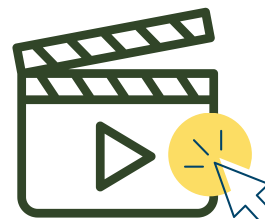
Esses princípios reforçam a importância de uma educação que valorize a justiça e o respeito às diferenças, conforme a UNESCO (2001, apud UNESCO, 2019, p. 13), "estabelecer escolas inclusivas é considerada como desejável para igualdade e direitos humanos, e possui benefícios educacionais, sociais e econômicos".

Escolas inclusivas não apenas promovem a igualdade e os direitos humanos, como também contribuem para o fortalecimento da convivência social e para o desenvolvimento de espaços e comunidades mais justas e colaborativas. Dessa forma, investir em práticas e políticas inclusivas é fundamental para assegurar a todos as mesmas oportunidades de aprender e prosperar num ambiente que respeite e valorize suas singularidades.



PARA REFLETIR

Vídeo "EX - E.T."





EDUCAÇÃO ESPECIAL
e Educação Inclusiva

Educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva são a mesma coisa?

Não, educação inclusiva e educação especial na perspectiva da inclusão não são a mesma coisa, embora estejam interligadas. Diferenças principais dizem respeito a abrangência, público atendido e o papel dentro do contexto educacional.



A Educação Inclusiva

É um conceito mais amplo e abrangente, que busca garantir o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças (sejam físicas, sensoriais, cognitivas, culturais, sociais ou linguísticas) e envolve a transformação de todo o sistema educacional, incluindo cultura, políticas e práticas escolares, para atender à diversidade de forma equitativa. Atende não apenas pessoas com deficiência, mas também outros grupos historicamente marginalizados, como minorias étnicas, socioeconômicas, de gênero e culturais, um processo contínuo e essencialmente colaborativo.



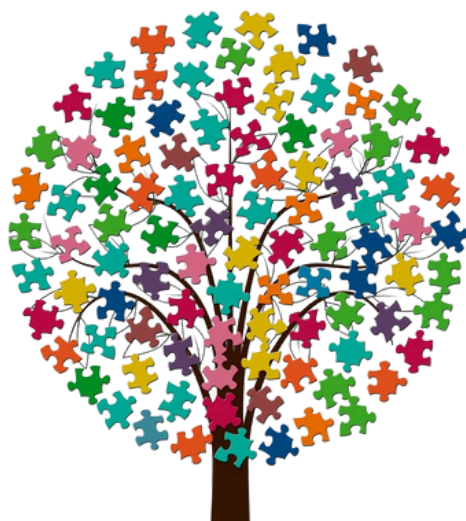
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

É uma modalidade de ensino dentro da educação inclusiva, voltado especificamente para atender às necessidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação e em todos os níveis de ensino de forma transversal. Busca garantir e oferecer suporte especializado para que esses estudantes possam participar das salas de aula comuns, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e adaptações pedagógicas, curriculares, acessibilidade específicas.

Para um melhor entendimento, podemos fazer a seguinte distinção:

ASPECTO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO
FOCO PRINCIPAL	Atendimento especializado.	Inclusão de todos em espaços comuns	Atendimento especializado em ambientes inclusivos
ORIGEM HISTÓRICA	Contexto segregado.	Contexto integrador, democrático e emancipador.	Combinação dos dois conceitos anteriores.
PÚBLICO-ALVO	Alunos com deficiência e/ou necessidades específicas.	Todos os alunos.	Alunos com necessidades específicas, no contexto da inclusão.
ESTRATÉGIAS	Classes/salas especiais.	Currículo adaptado, acessibilidade.	Currículo adaptado, Apoio complementar (AEE) na escola regular.

Os três conceitos apresentados, coexistem e se complementam e aqui, são apresentados de forma distinta, para melhor compreender como as práticas educacionais evoluíram e se aplicam em diferentes contextos. Pode-se dizer então que a Educação Especial na perspectiva inclusiva reflete a evolução histórica e conceitual da Educação Especial dentro do modelo de Educação Inclusiva.



Essa visão busca não somente integrar, mas incluir os alunos com deficiência às classes comuns, promover convivência, aprendizagem, desenvolvimento conjunto e oferecer AEE adaptado às necessidades dos estudantes sem separá-los do ambiente inclusivo. Vamos entender um pouco mais sobre isso?

Marcos legais da inclusão na educação:

Legislações e Políticas públicas para a educação especial e educação inclusiva no Brasil

São dispositivos legais que impactam positivamente a acessibilidade e a inclusão. O marco legal da inclusão na educação no Brasil é composto por dispositivos legais e diretrizes que buscam garantir o direito à educação para todos, considerando suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Esse conjunto de documentos estabelece princípios e normas fundamentais para promover a acessibilidade e a inclusão nas escolas.

A seguir, apresentamos um quadro resumido das principais leis e políticas públicas:

DOCUMENTOS E LEIS	DESCRIÇÃO	ACESSO AS REFERÊNCIAS
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	Assegura, no artigo 205, que "a educação é um direito de todos".	Constituição Federal de 1988
LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)	Reforça a educação inclusiva e preconiza a igualdade e condições para acesso e permanência na escola.	LDB - Lei nº 9.394/1996
PNEEPEI (2008)	Assegura o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiências em escolas regulares.	Política Nacional de Educação Especial (2008)
RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4/2009	Institui diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.	Resolução CNE/CEB nº 4/2009
DECRETO Nº 7.611/2011	Dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.	Decreto nº 7.611/2011
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI)	Estabelece direitos fundamentais para pessoas com deficiência, incluindo no âmbito educacional.	LBI - Lei nº 13.146/2015

A LBI (Lei 9394/1996), conhecida também como Estatuto da pessoa com deficiência, veio dar efetividade a convenção da ONU (2006) e trazer segurança jurídica para as pessoas com deficiência ao estabelecer quem são essas pessoas para a sociedade. A principal inovação da LBI, é a mudança no conceito jurídico de deficiência que deixa de ser uma condição estática e biológica.

A LBI, é o marco legal mais abrangente e atual no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, incluindo o âmbito educacional. Em muitos aspectos, ela supera e complementa a PNEEPEI, ao consolidar a inclusão como um direito inalienável e estabelecer obrigações claras para a sua implementação.



Por que a LBI tem maior relevância que a PNEEPEI, 2008?

A LBI (Lei Brasileira de Inclusão) tem maior relevância que a PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) de 2008 por ser uma Lei Federal, obrigatória para todo o país, enquanto a PNEEPEI é uma política pública que orienta ações, sem força coercitiva. A LBI aborda de forma mais direta e ampla os direitos das pessoas com deficiência à educação inclusiva, incluindo o acesso ao ensino regular com os apoios necessários, proíbe a recusa de matrícula por parte de escolas públicas e privadas e assegura o Atendimento Educacional Especializado como um complemento inclusivo.

Além do mais, a LBI vai além da educação, pois abrange áreas como saúde, trabalho, transporte e acessibilidade, ou seja, busca garantir a inclusão de maneira mais abrangente e intersetorial e reflete as bases e os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) - que tem status de emenda constitucional em nosso país. É mais atual e está alinhada às discussões contemporâneas sobre acessibilidade e inclusão.

PARA ENTENDER MELHOR:

ASPECTOS IMPORTANTES	PNEEPEI (2008)	LBI (LEI Nº 13.146/2015)
FORÇA JURÍDICA	Política Pública orientadora.	Lei Federal, obrigatória e sancionável.
ABRANGÊNCIA	Focada exclusivamente na educação.	Intersetorial (educação, saúde, trabalho, etc.).
DIREITO À INCLUSÃO	Educação inclusiva é orientada como meta.	Educação inclusiva é garantida como direito.
FOCO NA ACESSIBILIDADE	Destaca adaptações pedagógicas.	Estabelece adaptações obrigatórias em todos os níveis.
ATUALIDADE	Antecede a LBI e a Convenção.	Baseada na Convenção da ONU (2006), que tem status de emenda constitucional e é a Lei que atualmente oferece segurança jurídica em todas as áreas as PCD.



SUGESTÃO DE VÍDEO:

“História do movimento político das Pessoas com Deficiência no Brasil”.



Quem é o público da Educação Especial?

O público da Educação Especial no Brasil é composto por alunos que apresentam necessidades educacionais específicas, conforme definido pela legislação e políticas educacionais, a exemplo a PNEEPEI (2008), o decreto Decreto nº 7.611/2011 e LBI, 2015). Contempla:

1. Pessoas com Deficiência

É considerada pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimentos permanentes de ordem física, mental, intelectual ou sensorial que, ao interagir com barreiras do ambiente, podem dificultar ou impedir sua participação plena e igualitária na sociedade em relação às demais pessoas. (LBI, 2015). Inclui, portanto os seguintes tipos:

a) *Deficiência Física:* pessoas com limitações motoras ou condições que impactam a mobilidade e o funcionamento físico, como paralisia cerebral, amputações, entre outras;

b) *Deficiência Intelectual:* pessoas com funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, com limitações associadas em áreas como aprendizado e adaptação social, de natureza congênita ou adquirida (ex.: Síndrome de Down);

c) *Deficiência Sensorial, que inclui a Deficiência auditiva:* surdez parcial ou total e a Deficiência visual: Baixa visão ou cegueira;

d) *Deficiência Múltipla:* combinação de duas ou mais deficiências, como deficiência intelectual e física.



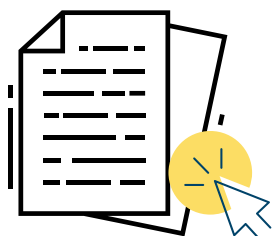
2. Pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), ou seja aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Inclui dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos; Síndrome de Rett: Afeta principalmente meninas, levando a graves déficits motores e cognitivos; Transtorno Desintegrativo da Infância: Perda de habilidades adquiridas em áreas como linguagem e interação social após os 2 anos de idade e a Síndrome de Asperger (dentro do espectro do autismo, chamada comumente de autismo leve com altas habilidades).

Embora a lei apresente essa definição no tocante as pessoas com TGD, a DSM atual considera como autismo todas as síndromes antes listadas como parte do transtorno global do desenvolvimento. De acordo com o DSM-4, em vigor entre 1994 e 2013, o termo "Transtorno Global do Desenvolvimento" incluía subgrupos diagnósticos, como a Síndrome de Rett, o Transtorno do Espectro Autista, a Síndrome de Asperger. No entanto, com a publicação do DSM-5, o termo deixou de ser utilizado, e todas essas condições passaram a ser englobadas nos critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

SUGESTÕES DE LEITURA:

Acesse o Qr Code ou clique aqui para ser direcionado/a à página.



Guia para leigos sobre o Transtorno do Espectro Autista.



Guia prático para pais e cuidadores: TEAmo, TEApoio, TEAjudo, te respeito.



3. Pessoas com Altas Habilidades ou Superdotação

Altas habilidades ou superdotação referem-se a capacidades significativamente acima da média em uma ou mais áreas, como intelectual, acadêmica, artística, psicomotora ou social. Essas características vão além do esperado para a faixa etária e se manifestam de forma contínua, envolvendo grande criatividade, curiosidade, pensamento crítico e aprendizado acelerado, no entanto, demandam desafios adicionais e estratégias diferenciadas para o desenvolvimento potencial máximo.



PARA ENTENDER MELHOR:

Altas habilidades x Superdotação



- O termo **altas habilidades** enfatiza o alto desempenho, específico em uma área ou conjunto de áreas.
- A **superdotação** abrange um conceito mais amplo, frequentemente associado a habilidades excepcionais em múltiplas áreas, além do alto quociente intelectual (QI).

Compreendendo os Transtornos do Neurodesenvolvimento e Aprendizagem



No contexto da inclusão escolar, compreender as condições que afetam o desenvolvimento infantil é fundamental para oferecer suporte adequado às crianças. Aqui, exploraremos os Transtornos do Neurodesenvolvimento, os Transtornos de Aprendizagem e o antigo conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), explicando suas relações e diferenças para melhor compreensão.



O que são Transtornos do Neurodesenvolvimento?

Os transtornos do neurodesenvolvimento são condições que afetam o desenvolvimento do sistema nervoso central e impactam a cognição, comportamento e habilidades sociais. Essas condições geralmente se manifestam na infância e acompanham a pessoa ao longo da vida. Exemplos mais comuns são:



Transtorno do Espectro Autista (TEA): envolve desafios na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos;

Transtorno Opositor Desafiador (TOD): apresenta padrões de comportamento desafiador, hostil, desobediente e agressivo em relação a figuras de autoridade.



Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade.

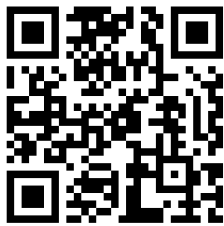
E os Transtornos de Aprendizagem?

Os transtornos de aprendizagem são um subgrupo dos transtornos do neurodesenvolvimento. Eles afetam diretamente habilidades escolares e acadêmicas específicas, como leitura, escrita, fala e cálculos matemáticos. Embora menos evidentes na educação infantil, sinais precoces podem surgir no desenvolvimento de habilidades básicas.

Exemplos mais comuns:

- **Dislexia (dificuldade de leitura):** Pode ser identificada por dificuldades no reconhecimento de sons e letras, ainda que o diagnóstico seja mais comum no ensino fundamental.

- **Discalculia (dificuldade em matemática):** Afeta o entendimento de conceitos matemáticos simples.
- **Disgrafia (dificuldade na escrita):** Embora seja mais detectada no ensino fundamental, sinais como falta de coordenação ao segurar o lápis podem ser percebidos na educação infantil.
- **Dislalia: (dificuldade na fala):** é caracterizado pela dificuldade em articular corretamente os sons das palavras.



SUGESTÃO DE LEITURA:

para saber mais, acesse o Instituto ABCD.



Como diferem de outros transtornos?

Os transtornos de aprendizagem afetam apenas o desempenho acadêmico, enquanto outros transtornos do neurodesenvolvimento (como TDAH ou TOD) podem impactar áreas comportamentais e sociais, porém podem ocorrer combinados.

Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): por que o termo mudou?

O termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) era usado para descrever condições caracterizadas por atrasos em diversas áreas do desenvolvimento, como habilidades sociais, cognitivas e comunicativas. Atualmente, foi substituído pelo conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no DSM-5, que unificou as categorias que antes eram separadas. Agora, todas as condições anteriormente classificadas como TGD fazem parte do espectro autista.

PARA ENTENDER MELHOR:



Maria, atualmente com 20 anos, foi diagnosticada na infância como tendo Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), especificamente a Síndrome de Asperger, conforme a classificação anterior ao DSM-5. Hoje, com as mudanças no manual, Maria seria diagnosticada como tendo Transtorno do Espectro Autista (TEA), dentro de um espectro que varia de leve a severo.

PARA ENTENDER MELHOR:



ASPECTOS	TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO	TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD)
IMPACTO	Áreas amplas do desenvolvimento (social, motor, acadêmico).	Habilidades acadêmicas específicas.	Termo antigo, atualmente substituído por TEA no DSM-5.
EXEMPLOS	TDAH, TEA, TOD	Dislexia, Discalculia, Disgrafia.	Síndrome de Asperger, hoje incluída no TEA.
MANIFESTAÇÃO MAIS EXPRESSIVA	Casa, escola e outras interações.	Contexto educacional e acadêmico.	Déficits sociais e comunicativos amplos.

O que é o AEE?

O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atendam às necessidades específicas dos alunos públicos da educação especial, (vide subseção. neste documento) é planejado e executado por professores especializados, com intuito de promover a autonomia e a participação efetiva dos alunos nas atividades escolares.

Nesse sentido, tem como objetivo principal: desenvolver a autonomia, a aprendizagem e a participação plena dos alunos no ambiente escolar, geralmente realizado na Sala de Recursos Multifuncionais- SRM, no contraturno escolar (BRASIL, 2008). A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é o espaço físico onde geralmente o AEE é realizado. Ela é equipada com materiais e recursos específicos para apoiar a aprendizagem dos alunos com intuito de promover sua inclusão.

A função da Gestão Escolar no contexto do AEE

A gestão escolar é essencial para garantir que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) estejam integrados ao projeto pedagógico da escola. Cabe à equipe gestora criar condições para que as estratégias da SRM sejam aplicadas na sala regular, a fim de assegurar a inclusão efetiva dos alunos. Segundo Brasil (2009), essa articulação é fundamental para que a SRM não funcione de forma isolada, mas integrada ao cotidiano escolar.



Planos Individualizados: uma abordagem integrada e colaborativa

A elaboração de planos individualizados, como o PEI (Plano Educacional Individualizado), o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) e o PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado), é uma etapa essencial para a inclusão escolar. Esses planos não são tarefas isoladas, mas o resultado de uma abordagem integrada que envolve a colaboração de toda a equipe escolar, famílias e, sempre que possível, uma equipe multidisciplinar.

A Importância da Colaboração

A inclusão de crianças com deficiência ou necessidades específicas exige uma abordagem colaborativa e que deve reunir diferentes profissionais para identificar necessidades reais, planejar estratégias adaptadas ao currículo regular, monitorar avanços e realizar ajustes sempre que necessário. A atuação de uma equipe multidisciplinar é essencial nesse processo.

Quem participa desse processo?

É importante que todos os envolvidos possam participar: gestores, docentes, familiares, especialistas externos, etc.

Você sabia que a anamnese pode ser uma ferramenta indispensável para o sucesso dessas ações?



A anamnese é fundamental para a inclusão escolar, pois fornece informações detalhadas sobre o histórico físico, cognitivo, social e emocional do aluno. Esses dados são essenciais para elaborar planos individualizados eficazes e fortalecem o diálogo com a família, principal fonte de informações sobre as necessidades e o contexto da criança.

Em escolas com equipes multidisciplinares, a anamnese serve como ponto de partida para os profissionais planejarem intervenções específicas. Em contextos com recursos limitados, como o da maioria das escolas públicas, ela orienta os educadores a buscar estratégias mais assertivas.



FICHA DE ANAMNESE PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICA- SALA REGULAR

Clique no ícone ou
escaneie o QR Code.





Mas e se a escola não tiver uma equipe multidisciplinar?

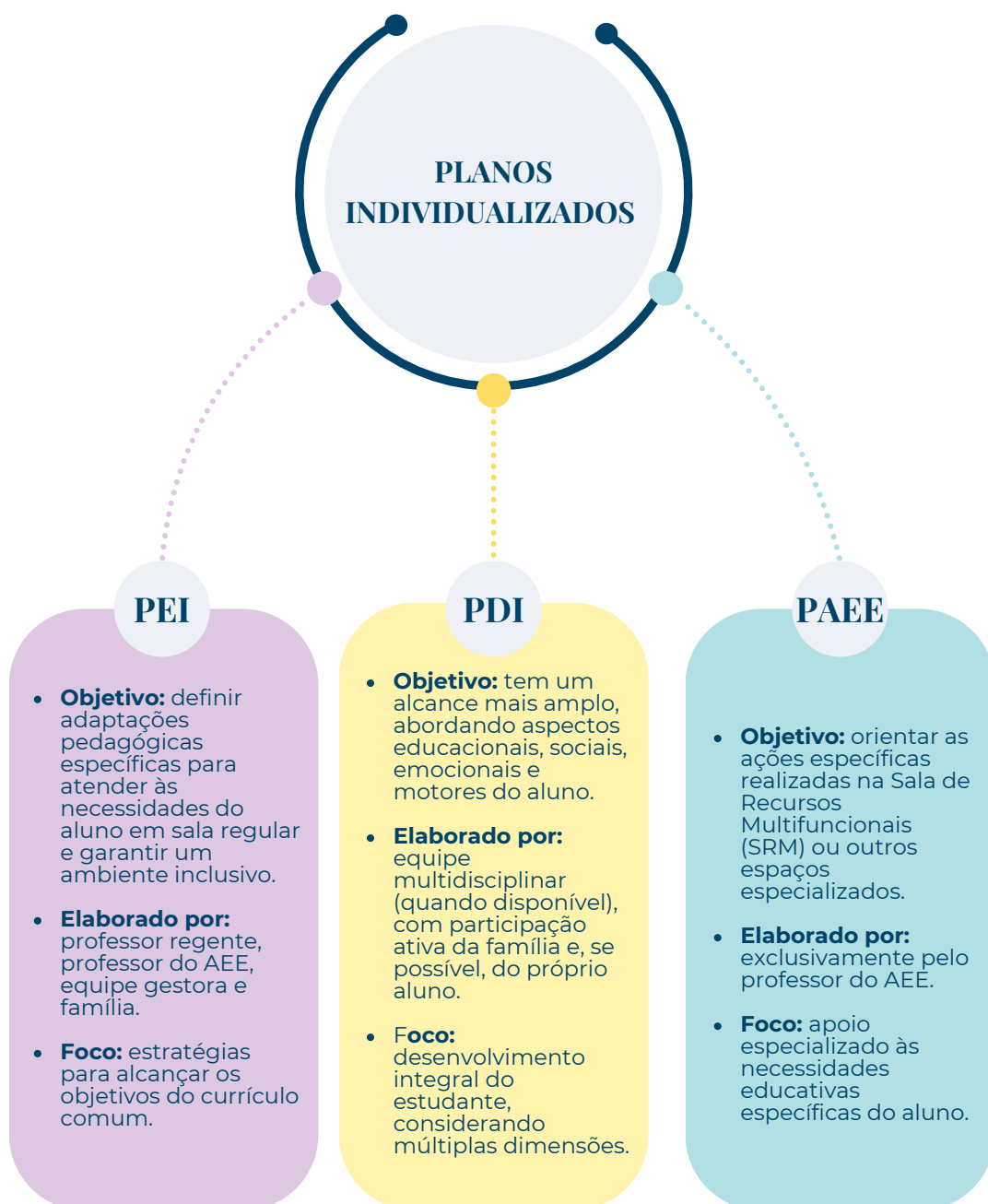
Infelizmente nem todas as escolas contam com uma equipe de especialistas. Nesse caso, é necessário investir em formação continuada para gestores, professores, e demais profissionais da escola, estabelecer parcerias com universidades, ONGs e serviços públicos, promover encontros colaborativos internos entre profissionais e envolver os pais, orientando-os a buscar apoio especializado no SUS ou centros comunitários de apoio às famílias e às mães atípicas.



Estruturando os Planos Individualizados no contexto da Educação Inclusiva

Os principais planos elaborados para atender alunos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva são: Plano de Ensino Individualizado (PEI), Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

Cada plano possui objetivos específicos, mas todos estão alinhados ao princípio de garantir a inclusão e o desenvolvimento integral do estudante.



Nota: Em muitas instituições ou regiões, os termos Plano Educacional Individualizado (PEI) e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) são utilizados de forma equivalente ou considerados como um único documento.



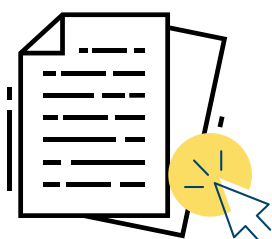
“EM QUE SITUAÇÃO UTILIZAR CADA TIPO DE PLANO?”

Leandro Rodrigues - página do Instagram.

Clique no ícone ou escaneie o QR Code.



Planos individualizados não são apenas documentos, mas reflexos de um esforço coletivo para transformar a escola em um espaço inclusivo, democrático e acolhedor. Quando equipe, família e recursos se unem, o benefício na vida das crianças é significativo, tanto maior é possível o desenvolvimento de suas potencialidades.



MODELO DE PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA SALA RÉGULAR





FUNÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

*promoção de uma política de gestão democrática
participativa na comunidade escolar*

A gestão escolar desempenha um papel essencial na concretização da educação inclusiva. Além de ser responsável por organizar e gerenciar os recursos humanos, financeiros e pedagógicos da escola, é também incumbida de promover uma cultura escolar inclusiva, em que todos os estudantes sejam respeitados e valorizados. A gestão escolar calcada nos princípios da inclusão deverá trabalhar de forma articulada na promoção de uma política de gestão democrática participativa na comunidade escolar e para isso, é imprescindível:

- Estimular a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, induzindo-os à construção e reconstrução de ações dinâmicas, sinalizadas pela diversidade e pelos diversos modos de compreender a escola.
- Promover a inclusão a partir da organização escolar, através da busca pela qualidade e transparência nos atos da gestão escolar.
- Intermediar o planejamento das ações pedagógicas que contemplam todas as modalidades de ensino, por exemplo, a (re)elaboração coletiva do PPP, envolvendo todos os agentes da escola.
- Adotar metodologias de trabalho compartilhado, abandonando as tradicionais formas de planejamento resultantes do trabalho técnico isolado.
- Acompanhamento diário das atividades escolares, em diálogo com os docentes sobre os desafios enfrentados, centrando-se no trabalho com estudantes público-alvo da educação inclusiva.
- Planejar práticas inclusivas e organizar os conteúdos e o acesso ao currículo de acordo com as especificidades de cada estudante.

- Promover questionamentos sobre as práticas pedagógicas, no intuito de analisar o que está sendo realizado e o que pode ser realizado em benefício dos estudantes que demandam uma atenção mais afável e cuidadosa.
- Preparar a equipe para o trabalho cooperativo e compartilhar o conhecimento, visando o desenvolvimento de vínculos e comunicação no processo inclusivo, com vistas à reflexão crítica sobre a prática desenvolvida.



PARA SABER MAIS

Clique para ser
direcionado ao site
diverssa.org, ou
escaneie o QR Code.

DIVERSSA



Desafios da gestão inclusiva

A gestão inclusiva enfrenta desafios significativos que exigem mudanças profundas nos sistemas educacionais e principalmente no cotidiano das escolas. A pesquisa realizada, aponta que a realidade, não difere de outros contextos, o que conota um problema sistêmico. Alguns desses desafios observados são:

Falta de formação adequada:

- ✓ Muitos gestores e professores não possuem preparo suficiente para lidar com a diversidade e implementar práticas pedagógicas inclusivas

Recursos limitados:

- ✓ Escolas frequentemente enfrentam dificuldades para acessar tecnologia assistiva, materiais adaptados e apoio especializado.

Resistência cultural:

- ✓ Barreiras atitudinais e preconceitos ainda são comuns, dificultando a plena aceitação de alunos com deficiência.

Sobrecarga de trabalho:

- ✓ A demanda administrativa e pedagógica pode sobrecarregar os gestores, dificultando a dedicação exclusiva às questões inclusivas.

Ineficiência por parte da Secretaria de educação:

- ✓ Órgãos responsáveis nem sempre fornecem o suporte necessário, seja em relação à alocação de recursos, formação de profissionais ou acompanhamento das ações inclusivas.

Falta de articulação intersetorial:



A inclusão requer colaboração entre a escola e outros setores, como saúde e assistência social, o que nem sempre ocorre de forma eficaz.

Superar esses desafios demanda vontade política, investimento e compromisso da sociedade na assistência do direito a educação de qualidade e, no tocante as escolas, compromisso de toda a comunidade escolar.



PARA REFLETIR!



Como a gestão da escola pode contribuir para atenuar e/ ou resolver essas dificuldades e vencer esses desafios ?



ADAPTAÇÕES CURRICULARES
e estratégias de ensino inclusivas na
Educação Infantil

A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil exige ajustes pedagógicos que atendam às necessidades específicas de cada aluno, no intuito de garantir sua participação ativa no processo de aprendizagem. Para isso, gestores escolares precisam compreender e implementar práticas, juntamente com a equipe docente que contemplem adaptações curriculares e estratégias de ensino inclusivas. A seguir, serão apresentadas abordagens essenciais para o seu alcance.



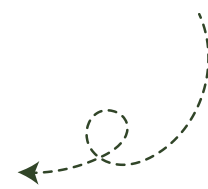
Adaptações no currículo

Na educação infantil, as adaptações curriculares são intervenções que ajustam os objetivos, os conteúdos e as atividades propostas, sem comprometer o direito ao aprendizado pleno. A LBI em seu artigo 28, prevê as adaptações no currículo, no atendimento as necessidades dos alunos, sendo elas individuais e particulares, de acordo com a natureza da deficiência . Além disso, o Artigo 30 reforça que os sistemas de ensino devem adotar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às características desses estudantes.

Além disso, a BNCC(2017) também aborda o tema da inclusão e das adaptações curriculares, ao reforçar que o currículo deve ser acessível e atender à diversidade dos estudantes e promover práticas pedagógicas que valorizem suas potencialidades e eliminem barreiras ao aprendizado. O documento sugere que as adaptações curriculares sejam feitas de forma que respeitem as especificidades das crianças, garantindo-lhes acesso aos diferentes campos de experiência e promover interações e brincadeiras significativas.

Esses princípios orientam as escolas a ajustar metodologias, recursos e estratégias de ensino para garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso ao currículo.

Níveis de adaptação: curriculares e físicas



As adaptações podem ser feitas em diferentes níveis, atendendo às necessidades pedagógicas e físicas das crianças na educação infantil. A simplificação de atividades, o uso de materiais e espaços adaptados e a flexibilização do tempo e das avaliações são algumas estratégias que podem ser adotadas.

A integração entre adaptações curriculares e físicas é fundamental para promover a inclusão. Por exemplo:

- a)** Uma criança cadeirante necessita de rampas e mobiliário adaptado para acessar a sala de aula e participar de atividades que foram ajustadas em termos de complexidade e consideradas as suas necessidades específicas.
- b)** Crianças cegas ou com baixa visão se beneficiam de materiais com alto contraste e sinalização tátil que as orientem dentro do espaço escolar.

Esses exemplos são adaptações que podem contribuir para que o ambiente escolar seja acolhedor, acessível e conseqüentemente capaz de favorecer o atendimento às necessidades dos alunos e colaborar com a participação nas atividades pedagógicas de modo mais efetivo.



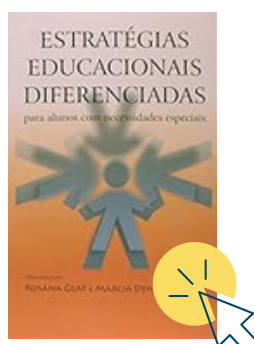
QUER SABER MAIS SOBRE ADAPTAÇÕES CURRICULARES?

Clique ou escaneie o QR Code para ser direcionado/a ao livro e ao artigo sobre o tema.



A ESCOLA INCLUSIVA E ESTRATÉGIAS PARA FAZER FRENTE A ELA:

as adaptações curriculares.



ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS DIFERENCIADAS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS



→ Ensino Colaborativo ou Coensino

O ensino colaborativo na educação infantil é uma abordagem que envolve a cooperação entre professores regulares e profissionais especializados para promover práticas pedagógicas inclusivas. No ensino colaborativo, tanto o professor especializado quanto o professor do ensino comum compartilham de forma igualitária as responsabilidades pelo processo de ensino, incluindo acertos e erros. Nesse contexto, o profissional de Educação Especial não assume uma postura de supervisão, crítica ou direcionamento, mas atua como um parceiro, contribuindo ativamente para o trabalho conjunto. Seu papel é somar esforços, trocar aprendizados e colaborar na promoção do acesso ao currículo e do aprendizado de todos os estudantes (Capellini e Zerbato, 2019).

Essa colaboração pode ocorrer através de:



Planejamento integrado:

Professores e especialistas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou itinerantes trabalham juntos na organização de atividades adaptadas.



Compartilhamento de práticas:

O coensino em sala de aula permite que diferentes perspectivas pedagógicas sejam combinadas para beneficiar no aprendizado da criança.

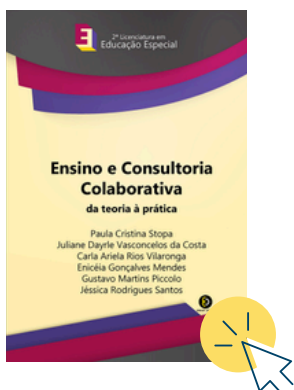


QUER SABER MAIS SOBRE ENSINO COLABORATIVO?

Clique ou escaneie o QR Code para ser direcionado/a ao livro e ao artigo sobre o tema.



O ENSINO COLABORATIVO COMO FACILITADOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL



ENSINO E CONSULTORIA COLABORATIVA

da teoria à prática



Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma abordagem educacional pautada nos princípios do desenho universal, que visa criar práticas pedagógicas acessíveis para todos, reduzindo a necessidade de adaptações específicas. “As Diretrizes do DUA não são uma receita; poderíamos dizer que são um conjunto de estratégias que podem ser usadas para superar as barreiras inerentes à maioria dos currículos existentes” (Heredero,2020, p. 744).

Ele se baseia em três princípios fundamentais:

Múltiplas formas de representação:



Apresentar conteúdos por meio de diferentes linguagens, como histórias contadas, vídeos educativos ou atividades com materiais concretos.

Múltiplas formas de engajamento:



Oferecer diversas formas de participação, como brincadeiras livres, jogos cooperativos e atividades artísticas.

Múltiplas formas de expressão:



Permitir que as crianças demonstrem seu aprendizado de diferentes formas, como desenhos, gestos ou brincadeiras simbólicas.



QUER SABER MAIS SOBRE O DUA?

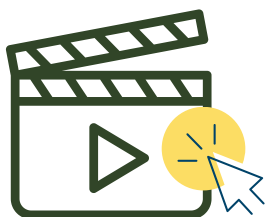
Clique nos ícones ou escaneie o QR Code para ser direcionado/a ao artigo, livro e vídeo sobre o tema.



DIRETRIZES PARA O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)



DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM E ENSINO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



VÍDEO:

O DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM





Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA)

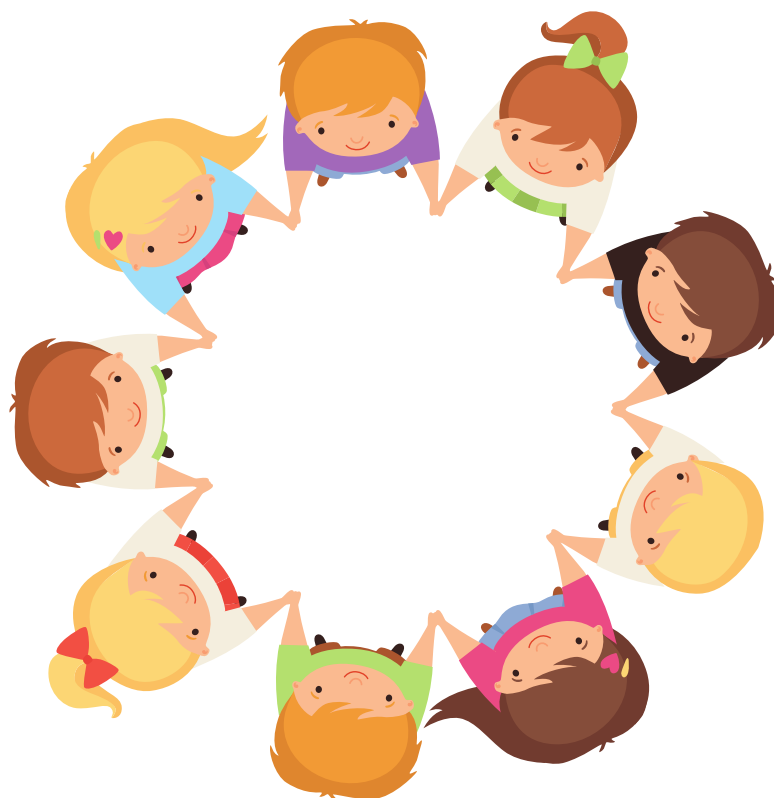
A Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) é essencial para crianças que apresentam dificuldades de comunicação verbal. Essa abordagem possibilita que elas expressem suas necessidades, sentimentos e ideias, promovendo sua integração ao grupo.

Nesse sentido, a CAA é apropriada e potencialmente útil para indivíduos que apresentam dificuldades severas ou permanentes na comunicação verbal, seja por limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou decorrentes de transtornos específicos, como no caso das crianças com TEA.

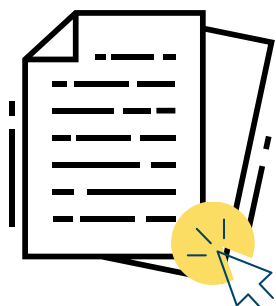
Conforme Santos e Lima (2023, apud SANTOS et al., 2024), a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) engloba métodos e recursos desenvolvidos para apoiar indivíduos que enfrentam dificuldades na fala ou na comunicação verbal. Isso inclui a utilização de gestos, símbolos gráficos, dispositivos tecnológicos e outras ferramentas que auxiliam ou complementam a expressão oral.

Ela tem como objetivo principal ampliar as possibilidades de interação e expressão desses indivíduos, promovendo sua participação social, educacional e emocional. A CAA pode oferecer ferramentas, como pranchas de símbolos e aplicativos interativos, que facilitam a expressão de suas necessidades, ideias e sentimentos.

No contexto da educação infantil, a CAA contribui para que as crianças participem das atividades de forma ativa e autônoma ao promover interações significativas.



Com a implementação de adaptações curriculares e estratégias inclusivas, as escolas de educação infantil podem se tornar espaços acolhedores, que valorizam as potencialidades das crianças e o exercício de seus direitos à educação e ao desenvolvimento e a gestão escolar como principal articuladora e mobilizadora desses espaços, pode colaborar para que essas ações sejam possíveis.



DIÁLOGOS SEM BARREIRAS:

Comunicação
Aumentativa e
alternativa no processo
de inclusão de alunos
com Transtorno do
Espectro do Autismo





A GESTÃO ESCOLAR
na superação dos desafios

A gestão escolar inclusiva enfrenta desafios significativos que requerem soluções práticas, colaborativas e adaptadas às realidades locais. A pesquisa realizada revelou dificuldades, como a falta de formação específica dos componentes da gestão escolar, a insuficiência de recursos humanos e materiais, a resistência cultural à inclusão e a sobrecarga de trabalho dos profissionais.

A inclusão escolar efetiva é um processo que demanda grandes esforços e começa com pequenas ações que podem reverberar de maneira significativa na construção de uma comunidade escolar mais acolhedora, equitativa e inclusiva.

Este guia não se propõe a ser uma receita pronta, mas sim um material que auxilie na reflexão sobre a importância do trabalho articulado da equipe gestora para o sucesso das práticas inclusivas. Ele busca inspirar e orientar gestores na construção de ações efetivas e colaborativas. A seguir, são apresentadas algumas estratégias e ações concretas para apoiar a gestão escolar para atenuar tais superação dos desafios apresentados no contexto das duas escolas e que muito provavelmente se assemelham a tantas outras.

ESTRATÉGIA	COMO FAZER
PROMOÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	<ul style="list-style-type: none">• Parcerias com instituições de ensino e organizações especializadas para capacitação em inclusão escolar.• Garantir curso formativo sobre inclusão escolar para professores e funcionários no início do ano letivo e incluir diretrizes e práticas inclusivas para que toda a equipe compreenda suas responsabilidades no atendimento aos alunos com deficiência.
FORTALECIMENTO DO AEE	<ul style="list-style-type: none">• Garantir a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e práticas pedagógicas regulares.• Garantir formação continuada para atendimento específico às deficiências: LIBRAS, BRAILLE, etc.• Garantir encontros periódicos na proposta do ensino colaborativo.• Na ausência do professor do AEE, solicitar serviço de itinerância junto à secretaria de educação.

continuação...

ESTRATÉGIA	COMO FAZER
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	<ul style="list-style-type: none">• Garantir envolvimento da comunidade escolar na (re)elaboração do PPP, com divulgação digital em rede social das escolas a fim de dar visibilidade ao PPP e às ações da instituição.• Garantir que o PPP da escola inclua diretrizes claras sobre inclusão e acessibilidade.• Estabelecer metas e indicadores para avaliar o impacto das ações inclusivas.
INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	<p>Adaptações Físicas e Criação de Espaços Sensoriais e de Autorregulação (Ambiente estruturado para auxiliar crianças com TEA, TDAH ou dificuldades emocionais a se acalmarem e regularem diante de estímulos que causam desconforto sensorial) por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Criação de um Jardim ou Parque Sensorial com materiais reutilizáveis e recicláveis;• Implementação de uma Sala de Autorregulação;• Disponibilização de Recursos Sensoriais na Rotina Escolar (Disponibilizar materiais táteis, brinquedos e jogos para regulação emocional, fones e abafadores de som para alunos sensíveis a ruídos).
SENSIBILIZAÇÃO E EVENTOS INCLUSIVOS	<p>Campanhas e atividades como o Dia do Autismo, Síndrome de Down, Dia do orgulho autista, Caminhada da inclusão, Feira de talentos e mini empreendedores (produção e venda de itens simples (artesanato, alimentos), incentivando autonomia, criatividade e interação com as famílias, e corridas inclusivas para promover empatia e a participação das crianças, suas famílias e a comunidade escolar e local.</p>
CAPACITAÇÃO PARA RECURSOS ADAPTADOS	<p>Oferecer formação para a criação de recursos pedagógicos adaptados, por meio de oficinas com materiais de baixo custo para produção de tecnologias assistivas de baixa complexidade.</p>

ESTRATÉGIA	COMO FAZER
PARCERIA COM AS FAMÍLIAS	<p>Conhecimento prévio das famílias e anamnese inicial:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reunião com os pais e responsáveis dos alunos com deficiência, antes do início do ano letivo.• A partir deste 1 encontro, compartilhar os dados com a equipe escolar de forma ética e organizada.• Incentivar a participação das famílias no planejamento das estratégias pedagógicas.• Elaboração e assinatura do termo de conduta Personalizado para Situações de Crise para alunos com TEA.
CRIAÇÃO DE REDES DE APOIO	<p>Encontros(in)formativos e rodas de conversa com parceiros especialistas ou o(a) professor(a) do AEE para orientar as famílias sobre inclusão, rotina estruturada e apoio sensorial, com espaço para troca de experiências e esclarecimentos.</p> <p>Oferecer suporte às mães atípicas, por meio de encontros com profissionais convidados, como advogados, psicólogos e assistentes sociais, para orientar e apoiar as famílias no cuidado e nos direitos de seus filhos.</p>
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	<ul style="list-style-type: none">• Reuniões regulares com participação ativa da comunidade escolar por diferentes estratégias de engajamento.• Transparência e acesso ao PPP e Regimento Interno da instituição.• Hospedar o PPP em plataforma digital (Google Drive, site da escola, etc) e divulgar o link nas redes sociais da escola (Facebook, Instagram).• Criar um QR Code acessível a comunidade para facilitar o acesso ao documento.• Disponibilizar uma caixa de sugestões digital via formulário online,(QR CODE) em lugares estratégicos na escola, para que a comunidade escolar envie suas sugestões, críticas, etc.

ESTRATÉGIA	COMO FAZER
IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS E CONSELHOS	<ul style="list-style-type: none">• Criação Núcleo de Gestão Inclusiva, para coordenar e monitorar ações inclusivas com encontros e reuniões periódicas.• Implementação do Comitê da Inclusão e do Conselho Escolar para planejar, monitorar e avaliar as ações e apoiar o NGI.• O Conselho Escolar tem papel fiscalizador e de tomada de decisões da escola como um todo.• O NGI é um núcleo executivo, responsável por implementar as ações inclusivas.• O Comitê da Inclusão é um espaço de escuta e articulação entre a gestão, professores e comunidade escolar.
PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INCLUSIVO E AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Participar e acompanhar a elaboração do PEI.• Incentivar o uso de metodologias ativas, como ensino colaborativo e aprendizagem baseada em adaptações para acesso ao currículo.• Garantir a aplicação de instrumentos de avaliação diferenciados, flexíveis, que considerem as especificidades e as potencialidades dos alunos PcDs.• Estabelecer reuniões entre equipe gestora, professores da sala comum e AEE para ajustes contínuos sobre o desenvolvimento dos alunos.





PARA SABER MAIS!

Para acessar os materiais de apoio, clique no ícone ou escaneie o QR Code.



ROTEIRO DE PROPOSTA FORMATIVA



TEMPLATE PARA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CONSELHOS DE APOIO À INCLUSÃO



TERMO DE CONDUTA PERSONALIZADO PARA SITUAÇÕES DE CRISE - TEA



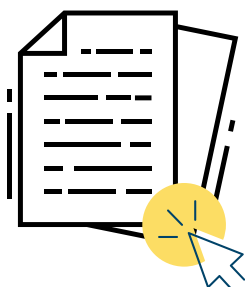


Diálogos com as produções do PROFEI-UNIFAP

Esta página é dedicada as contribuições da 1ª turma do PROFEI-UNIFAP que dialogam com o conteúdo deste guia. Para acessar as dissertações e recursos educacionais, clique no ícone ou escaneie o QR Code.



O USO DE RECURSOS DE BAIXA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ENSINO DE CRIANÇAS COM TEA (...)



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:

articulação pedagógica da Escola Estadual Quilombola Lagoa dos índios, na Amazônia Amapaense.



A INTERAÇÃO SURDO-OUVINTE:

perspectivas sobre a inclusão em sala de aula.



PODCAST

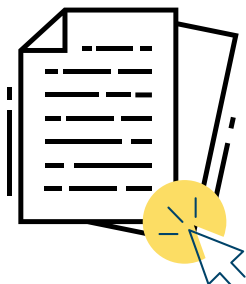
“Baixa visão não é cegueira”, de Núbia Xavier





DIÁLOGOS SEM BARREIRAS:

Comunicação Aumentativa e alternativa no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo.



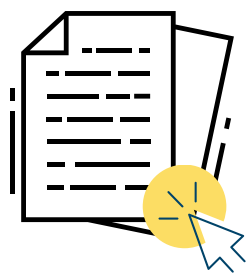
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM WEBSITE

sobre Deficiência Intelectual como suporte à Formação Continuada de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental.



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E ANTIRRACISTA:

saberes e práticas pedagógicas no contexto da Escola Quilombola José Bonifácio no quilombo do Criaú/AP.



FORMAÇÃO DOCENTE PARA O USO DO KAHOOT!

Como estratégia de gamificação para Altas Habilidades e Superdotação



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este guia foi elaborado com o objetivo de oferecer suporte teórico e prático para gestores escolares que enfrentam o desafiador, mas essencial, papel de implementar uma educação inclusiva de qualidade. Com base em dados coletados nas escolas municipais de educação infantil de Macapá e na literatura especializada, foram apresentados princípios, estratégias e sugestões que visam fortalecer a prática inclusiva na gestão escolar.

Os desafios identificados, como a falta de formação, a carência de recursos e as barreiras atitudinais, são reflexos de um problema sistêmico que exige soluções coletivas e integradas. A gestão escolar, nesse cenário, desempenha um papel central ao articular ações que favoreçam a participação ativa de todos os agentes educacionais e a superação das barreiras impostas à inclusão.

Portanto, é essencial que os gestores assumam uma postura proativa, propondo e se engajando mutuamente e não trabalhando de forma isolada e desarticulada, cada um nos seus espaços e funções, mas de modo colaborativo, de modo consciente de que cada um representa um órgão vital para promover mudanças culturais e estruturais em suas escolas, com o apoio das famílias, docentes e demais servidores e segmentos da sociedade. Somente assim será possível consolidar uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade, que proporcione a todas as crianças as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

É com esta esperança que este guia se encerra, reafirmando o compromisso de contribuir para a construção de escolas democráticas, inclusivas e acolhedoras. Embora cientes que há ainda, um longo caminho a percorrer, sem perder a esperança de que a escola é para todos e que “todo estudante é importante e tem igual importância”.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 13 ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.
- CARVALHO, Jheniely Cardoso Alves de.; AZEVEDO, Gisele Moreira. Desenho Universal da Aprendizagem. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2024. DOI: 10.61164/rmnm.v12i2.3070. Disponível em: <<https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3070>>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- CARVALHO, A. S.; LIMA, R. M.; NUNES, J. F. A utilização da grounded theory em estudos sobre educação inclusiva. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 15, n. 2, p. 96–114, 2021. Disponível em: https://www.scielo.pt/scielo.php?pid=S2184-77702021000200396&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jan. 2025.
- HEREDERO, E. S. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, out./dez. 2020.
- LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. 6 ed. **Ampliada**. Goiânia: Alternativa, 2015.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar** [livro eletrônico]: políticas, estrutura e organização. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação Selma Garrido Pimenta). Disponível em: <[file:///C:/Users/anho2/Downloads/Educacao%20escolar%20\(Colecao%20Docen%20-%20Joao%20Ferreira%20de%20Oliveira.pdf](file:///C:/Users/anho2/Downloads/Educacao%20escolar%20(Colecao%20Docen%20-%20Joao%20Ferreira%20de%20Oliveira.pdf)> Acesso em: 26 dez. 2024.
- LIBÂNEO, José Carlos. Lutar por uma escola emancipadora e democrática. In: CHARLOT, Bernard; VASCONCELLOS, Celso dos S.; LIBÂNEO, José Carlos; CAVALLET, Valdo (Orgs.). **Por uma Educação Democrática e Humanizadora**. Vol.1. Dados Eletrônicos. São Paulo: UniProsa, 2021. p.101-105.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. 144 p.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NUNES, A. C.; LUSTOSA, J. S. Educação inclusiva sob olhar de teóricos internacionais. **Anais do Fórum Internacional de Pedagogia** – FIPED, Fortaleza, UFC, 2018. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/01/fiped-2018.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SANTOS, Romário E.; SOUZA, Ana C.; GALINDO, Edemilton A.; NASCIMENTO, Maria D. do; SILVA, Carlo M.. A Comunicação Aumentativa e Alternativa de Alta Tecnologia no contexto educacional de crianças com TEA: uma revisão da literatura. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE)**, 35. , 2024, Rio de Janeiro/RJ. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024 . p. 2949-2958. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbie.2024.244983>.

SILVA, C. G. da; ANTHONISEN, G. R. de M.; PAVÃO, A. C. O. Ensino colaborativo e as práticas de sucesso na inclusão: uma revisão sistemática da literatura. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 5, p. 10.54033/cadpedv21n5-179, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n5-179. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4443>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SILVA NETO, A. J. et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, 2018. Disponível em: https://arquivos.sistemas.ufg.br/arquivos/2023173200909e2658403520f760a7dab/Educao_Inclusiva_-_Silva_Neto_vila_Sales_Amorim_Nunes_e_Santos.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark%3A/48223/pf0000370508>. Acesso em: 21 jan. 2025.

